

Contra a privatização da Linha de Sintra

Derrotado nas ruas e nas urnas e socialmente isolado, o Governo PSD/CDS procura, em final de mandato, concluir um agressivo programa de privatizações que os sucessivos executivos nos últimos 38 anos o antecederam, não conseguiram impor. Simultaneamente, o actual gabinete Passos/Portas tem como missão criar as condições para operações semelhantes, a levar a cabo pelo próximo governo.

A escandalosa privatização da TAP, bem como semelhantes processos implementados ou em vias de resolução forçada na Empresa Geral de Fomento, nos transportes colectivos de passageiros de Lisboa e do Porto, ou na EMEF e na CP-Carga, confirmam a existência de uma agenda vende-pátrias cujo objectivo é alienar, se possível a pataco e/ou por ajuste directo, segmentos fundamentais dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, amplamente reconhecidos como essenciais à qualidade de vida das populações e ao progresso económico e social.

A recente alteração de horários na Linha de Sintra, afectando a vida de cerca de 200 mil utentes e consubstanciando uma degradação do serviço prestado (pese embora a menorização do projecto inicial da administração da empresa), assim como a fusão da Refer com a Estradas de Portugal, não podem deixar descansados nem os autarcas nem os habitantes do nosso concelho.

Desde meados da década de 90, vários têm sido os presidentes da CP e responsáveis da tutela política que, aludindo à suposta necessidade de «restruturar» a empresa visando a contenção de custos ou falando mesmo numa melhor prestação de serviço, investiram contra os interesses do povo e do País neste sector. Foram esses mesmos que desmantelaram a CP desarticulando muitas das suas valências, que aplicaram carteiras de encomendas externas – de material circulante mas não só, paralelamente à destruição de importantes empresas nacionais subsidiárias do sector –; procederam a despedimentos e não contrataram profissionais, impedindo a manutenção do conhecimento e competências adquiridas pela sua passagem a novas gerações de trabalhadores ferroviários; endividaram o sector ferroviário perante a banca, incluindo subscrevendo contratos ruinosos para o erário público como os swaps contratados a propósito da modernização e requalificação das linhas e estações; foram esses dirigentes, não tendo outro propósito senão aumentar a fortuna do grande capital, e em primeiro lugar do financeiro, que foram mandatados para preparar a privatização do sector.

A população do concelho de Sintra e os seus representantes no poder local democrático não podem aceitar que a nova empresa Infra-Estruturas de Portugal passe a deter o poder de concessionar a privados a exploração da linha de comboios suburbanos, frequentada anualmente por cerca de dezenas de milhões de passageiros.

Assim, a a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão:

- 1) Pronuncia-se em defesa da CP como empresa pública e pelo seu reagrupamento numa única unidade estatal, solução adequada ao seu funcionamento e potenciação enquanto instrumento de elevação das condições e qualidade de vida das populações, e factor de desenvolvimento do País;**
- 2) Exige a adequação dos horários e serviços às necessidades do concelho e a sua articulação com a rede de transportes rodoviários instalada;**
- 3) Exige a gratuidade do estacionamento nos parques das estações do concelho de Sintra para os portadores de título de transporte;**
- 4) Defende o passe social como instrumento privilegiado para o incentivo à utilização do transporte público, nomeadamente através do estabelecimento de preços comportáveis e socialmente justos, do alargamento das coroas e da aceitação deste por parte dos operadores privados do sector rodoviário que operam em Sintra.**

A ser aprovada, esta moção deve ser publicada no site da Junta de Freguesia e na próxima edição do jornal da Freguesia.

Monte Abraão, 30 de Junho

Os eleitos da CDU